



66 anos
Você faz parte dessa família

Balanço Anual



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do
CENTRO ESPÍRITA NOSSO LAR CASAS ANDRÉ LUIZ
 Guarulhos - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do CENTRO ESPÍRITA NOSSO LAR CASAS ANDRÉ LUIZ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CENTRO ESPÍRITA NOSSO LAR CASAS ANDRÉ LUIZ 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2016.




Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 Em Reais

	Nota	2015	2014
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		452.372	376.927
Aplicações financeiras – sem restrição	03	7.339.754	10.712.503
Aplicações financeiras – com restrição		741.002	-
Contas a receber	04	4.794.326	7.734.717
Estoques		2.480.479	2.191.006
Despesa de exercício seguinte		160.062	168.793
Adiantamento a fornecedores		377.105	372.477
Impostos a recuperar		83.914	83.914
Outros ativos circulantes	05	1.650.290	1.560.333
Total Ativo Circulante		18.079.304	23.200.670
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos judiciais		90.997	72.292
Investimento		2.651.012	2.645.506
Imobilizado	06	14.428.416	13.383.167
Total ativo não circulante		17.170.425	16.100.965
TOTAL DO ATIVO		35.249.729	39.301.635

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 Em Reais

	Nota	2015	2014
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		4.102.756	2.584.666
Obrigações sociais	07	4.075.840	3.505.494
Obrigações fiscais	08	509.061	467.644
Provisão de férias e encargos		5.896.301	5.545.126
Empréstimos e financiamentos		34.870	46.666
Projetos a executar		779.536	53.586
Outros passivos circulantes		528.231	390.449
Total passivo circulante		5.926.595	12.593.631
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos		60.674	94.397
Contingências a pagar	11	253.670	253.670
Total passivo não circulante		314.344	348.067
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		19.008.790	26.359.937
Total do patrimônio líquido		19.008.790	26.359.937
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		35.249.729	39.301.635

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 Em Reais

	Nota	2015	2014
RECEITAS			
Receita de doações	09	31.389.180	31.252.673
Receita de subvenção e convênios específicos	10	27.741.867	31.998.351
Receita dos mercadudos		46.504.235	47.612.374
Receitas financeiras		962.252	1.515.041
Resultado de equivalência patrimonial		5.506	46.361
Subvenção – LOAS		5.928.631	5.349.842
Trabalho Voluntário	15	557.328	238.490
Outras receitas		6.725.430	6.727.895
Total das receitas		119.814.429	124.741.027
DESPESAS			
Salários e encargos		(75.560.132)	(71.262.561)
Materiais de consumo e manutenção		(16.279.995)	(15.499.521)
Administrativas e gerais		(22.583.698)	(23.138.201)
Gêneros alimentícios		(4.226.218)	(3.648.380)
Medicamentos		(2.488.346)	(2.524.299)
Publicidade		(3.365.470)	(3.398.100)
Depreciações		(914.483)	(921.599)
Trabalho Voluntário	15	(557.328)	(238.490)
Financeiras		(1.361.166)	(1.341.590)
Total das despesas		(127.336.836)	(121.972.741)
Superávit/déficit operacional		(7.522.407)	2.768.286
Outras Receitas/(despesas) Operacionais			
Resultado na Alienação imobilizado		130.616	256.098
Total de outras receitas/(despesas)		130.616	256.098
SUPERÁVIT/(DEFICIT) DO EXERCÍCIO		(7.391.791)	3.024.384

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em Reais

	Patrimônio Social	Reserva Reavaliação	Superávit / déficit do exercício	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.504.817	644.835	-	23.149.652
Realização reserva de reavaliação – controlada		(120.836)	120.836	
Transferência para patrimônio social	120.836		(120.836)	
Ajustes de exercícios anteriores			185.901	185.901
Transferência para patrimônio social	185.901		(185.901)	
Superávit do exercício			3.024.384	3.024.384
Transferência para patrimônio social	3.024.384		(3.024.384)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	25.835.938	523.999	-	26.359.937
Realização reserva de reavaliação – controlada		(120.836)	120.836	
Transferência para patrimônio social	120.836		(120.836)	
Ajustes de exercícios anteriores			40.645	40.645
Transferência para patrimônio social	40.645		(40.645)	
Superávit / (déficit) do exercício			(7.391.791)	(7.391.791)
Transferência para patrimônio social	(7.391.791)		7.391.791	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	18.605.628	403.163	-	19.008.791

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
Em Reais

	2014	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período		
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:	(7.391.791)	3.024.384
Depreciação e amortização	914.482	921.599
Ajuste de exercícios anteriores	40.645	185.901
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado e intangível	4.873	13.453
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	2.631.747	1.414.122
Contas a receber	2.940.391	(1.620.672)
Estoques	(289.473)	(590.566)
Outros ativos	(104.559)	(202.327)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	1.518.090	(167.067)
Obrigações sociais e fiscais	611.763	248.346
Provisão de férias e encargos	351.175	12.953
Outros passivos	863.733	723.135
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	2.091.076	3.963.261
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de investimento	(5.506)	(46.361)
Aquisições de imobilizado e intangível	(1.964.606)	(4.117.514)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(1.970.112)	(4.163.875)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	120.942
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(45.519)	(113.521)
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(45.519)	7.421
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	75.445	(193.193)
Caixa e equivalentes no início do período	376.927	570.120
Caixa e equivalentes no fim do período	452.372	376.927
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	75.445	(193.193)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro Espírita Nosso Lar Casas André Luiz é uma associação, nos termos do artigo 53 do Código Civil Brasileiro, de caráter religioso e filantrópico, de inspiração cristã, de duração ilimitada e sem finalidade lucrativa, e por finalidade:

Prática da caridade material, moral e espiritual, bem como a divulgação dos princípios doutrinários espíritas por qualquer mídia conhecida no País, não se fazendo qualquer distinção de sexo, raça, cor, credo religioso ou político, devendo manter sempre leitos e serviços para uso público gratuito nos termos deste artigo.

Tratamento de pacientes portadores de deficiência mental com ou sem deficiência física associada, em regime de internato e ambulatorial, em todas as casuísticas (severa, profunda, moderada e leve), com a aplicação de modernos tratamentos interdisciplinares.

Tratamento terapêutico espiritual complementar aos pacientes necessitados.

Parágrafo único - Como entidade filantrópica, poderá instituir fundações, manter e administrar abrigos, ambulatórios, escolas de ensino regular técnico, fundamental, médio e superior, farmácias de manipulação para uso próprio, fundações, sanatórios, bem como estabelecimentos similares para prestação de serviços.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa n.º 06.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2015.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o Decreto n.º 8.242/14.

h) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

i) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – SEM RESTRIÇÃO

	2015	2014
Poupança	85	906
Aplicações em CDB	798.498	3.695.799
Aplicações em fundos de investimentos	6.541.171	7.015.798
Total	7.339.754	10.712.503

4. CONTAS A RECEBER

	2015	2014
Convênio SUS	2.302.083	2.992.708
Cheques a receber	876.022	1.022.906
Cartões de crédito	1.616.221	3.703.534
Outros	-	15.569
Total	4.794.326	7.734.717

5. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	2015	2014
Adiantamentos de férias	820.561	799.809
Adiantamentos compra de funcionários	647.106	578.699
Outros	182.623	181.825
Total	1.650.290	1.560.333

6. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Anual %</u>	<u>Saldo 31.12.2014 R\$</u>	<u>Adições R\$</u>	<u>Baixas R\$</u>	<u>Transf. R\$</u>	<u>Saldo 31.12.2015 R\$</u>
Custo						
Terrenos		2.047.817				2.047.817
Edificações	4	10.065.557				10.065.557
Máquinas e equipamentos	10	4.888.779	214.406	(30.084)		5.073.101
Móveis e utensílios	10	1.918.496	39.140	(3.686)		1.953.950
Computadores e Periféricos	20	846.998	6.645	(2.008)		851.635
Veículos	20	1.720.073	1.156.824	(113.787)		2.763.110
Obras em andamento		6.405.505	547.591			6.953.096
Biblioteca		4.355				4.355
Total		27.897.580	1.964.606	149.565)	-	29.712.621

Depreciação Acumulada

Edificações	(7.232.721)	(389.668)		(7.622.389)
Máquinas e equipamentos	(3.638.816)	(264.552)	27.585	(1.510.957)
Móveis e utensílios	(1.405.065)	(109.871)	3.979	(1.510.957)
Computadores e Periféricos	(846.998)	(589)	2.008	(845.579)
Veículos	(1.390.813)	(149.804)	111.120	(1.429.497)
Total	(14.514.413)	(914.484)	144.692	- (15.284.205)
TOTAL	13.383.167	1.050.122	(4.873)	- 14.428.416

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2015	2014
Salários a pagar	2.862.366	2.466.843
INSS a recolher	457.175	408.005
FGTS a recolher	638.931	520.694
PIS a recolher	94.988	83.943
Outros	22.380	26.009
Total	4.075.840	3.505.494

8. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2015	2014
IRRF a recolher	435.838	394.332
Outras contribuições a recolher	26.703	34.076
ISS a recolher	46.520	39.236
Total	509.061	467.644

9. RECEITAS DE DOAÇÕES

	2015	2014
Captação c/ Telemarketing	25.252.427	24.948.763
Doações de Materiais P.F – P.J	4.603.427	4.707.641
Doações de Gen. Alimentícios	163.588	10.288
Doações de Medicamentos	249.644	2.245
Donativos P. F.	171.047	45.096
Donativos P.J.	11.616	239.061
Doação de imóveis	216.913	-
Outros	720.518	1.299.579
Total	31.389.180	31.252.673

10. RECEITAS DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

	2015	2014
Sistema Único de Saúde	27.624.394	29.165.938
Secretaria de Estado da Saúde	117.473	2.832.413
Total	27.741.868	31.998.351

11. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A entidade está sendo questionada judicialmente sobre alguns processos judiciais, conseqüentemente, a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos optou em provisionar em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 253.670. (Em 31 de dezembro de 2014 R\$ 253.670) para aquelas causas que a possibilidade de perda é provável.

12. ATENDIMENTOS AO SUS – PORTARIA n.º1.970

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14 a Entidade apurou percentual de atendimento SUS de 100%.

13. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 a Entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

14. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2015 e de 2014, correspondem aos montantes de R\$ 16.670.676 e de R\$ 14.676.522, respectivamente.

15. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2015 e de 2014 a Entidade apurou um custo de R\$ 557.328 e de R\$ 238.490, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

16. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Entidade para cobrir eventuais riscos e perdas sobre seus ativos. Os principais seguros mantidos pela entidade são de incêndio, raio e vendaval para as edificações no valor de cobertura nos exercícios de 2015 e de 2014, correspondem aos montantes de R\$ 58.100.000 e de R\$ 48.650.000, respectivamente.

17. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.